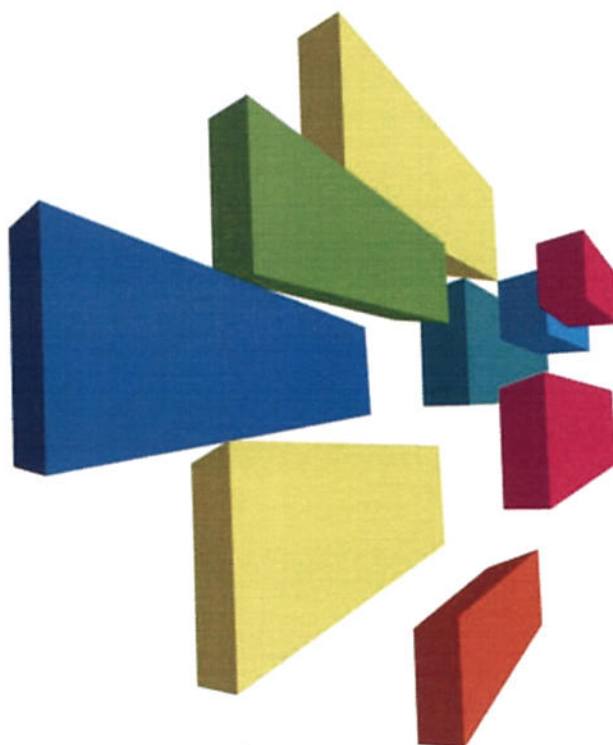


REGULAMENTO INTERNO



AGRUPAMENTO DE CENTROS DE SAÚDE DO ALGARVE I - CENTRAL

ÍNDICE

PREÂMBULO.....	5
CAPÍTULO I.....	5
DISPOSIÇÕES GERAIS.....	5
Artigo 1º.....	5
Objeto.....	5
Artigo 2º.....	6
Natureza jurídica.....	6
Artigo 3º.....	6
Missão e atribuições.....	6
Artigo 4º.....	7
Valores.....	7
Artigo 5º.....	7
Objetivos.....	7
Artigo 6º.....	8
Âmbito de intervenção.....	8
Artigo 7º.....	8
Acordos com outras entidades públicas, privadas e sociais.....	8
Artigo 8º.....	8
Horário de funcionamento.....	8
Artigo 9º.....	9
Acesso dos delegados de informação médica ao ACES Central.....	9
Artigo 10º.....	9
Organização do trabalho, horários e disciplina dos funcionários.....	9
CAPÍTULO II.....	9
DOS UTENTES.....	9
Artigo 11º.....	9
Direitos.....	9
Artigo 12º.....	10
Deveres.....	10
Artigo 13º.....	10
Acesso dos utentes às prestações de saúde.....	10
CAPÍTULO III.....	11
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	11
Artigo 14º.....	11
Unidades Funcionais.....	11
Artigo 15º.....	12
Caraterísticas comuns das Unidades Funcionais.....	12
Artigo 16º.....	13
Coordenação das Unidades Funcionais.....	13
Artigo 17º.....	13
Contratualização interna com as Unidades Funcionais.....	13
Artigo 18º.....	14
Unidades de Saúde Familiares.....	14
Artigo 19º.....	14
Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados.....	14
Artigo 20º.....	14
Unidades de Cuidados na Comunidade.....	14
Artigo 21º.....	15
Unidade de Saúde Pública.....	15
Artigo 22º.....	15
Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados.....	15
CAPÍTULO IV.....	16
ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES.....	16
SECÇÃO I.....	16
ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO.....	16

Artigo 23º.....	16
Órgãos.....	16
SUBSECÇÃO I.....	16
DIRETOR EXECUTIVO.....	16
Artigo 24º.....	16
Designação e competências.....	16
Artigo 25º.....	17
Regime de exercício e cessação de funções.....	17
SUBSECÇÃO II.....	18
CONSELHO EXECUTIVO.....	18
Artigo 26º.....	18
Composição e competências.....	18
SUBSECÇÃO III.....	19
CONSELHO CLÍNICO E DA SAÚDE.....	19
Artigo 27º.....	19
Composição e designação.....	19
Artigo 28º.....	19
Competências.....	19
Artigo 29º.....	20
Reuniões.....	20
Artigo 30º.....	20
Regime de exercício e cessação de funções.....	20
SUBSECÇÃO IV.....	21
CONSELHO DA COMUNIDADE.....	21
Artigo 31º.....	21
Composição e Designação.....	21
Artigo 32º.....	22
Competências.....	22
Artigo 33º.....	23
Presidente.....	23
Artigo 34º.....	23
Funcionamento.....	23
SECÇÃO II.....	23
SERVIÇOS DE APOIO.....	23
Artigo 35º.....	23
Serviços.....	23
Artigo 36º.....	23
Unidade de Apoio à Gestão.....	23
Artigo 37º.....	24
Gabinete do Cidadão.....	24
CAPÍTULO V.....	25
GESTÃO OPERACIONAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	25
Artigo 38º.....	25
Instrumentos de gestão.....	25
Artigo 39º.....	25
Contrato-Programa.....	25
Artigo 40º.....	26
Centros de custos.....	26
Artigo 41º.....	26
Receitas e despesas.....	26
Artigo 42º.....	27
Inventário e património.....	27
Artigo 43º.....	27
Prestação de contas.....	27
Artigo 44º.....	27
Organograma.....	27
Artigo 45º.....	27
Plano de segurança.....	27
CAPÍTULO VI.....	28
DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE.....	28

<i>Artigo 46º</i>	28
Voluntariado.....	28
<i>Artigo 47º</i>	28
Liga de amigos ou associação de utentes.....	28
<i>Artigo 48º</i>	28
Relacionamento com a comunidade.....	28
CAPITULO VII	29
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	29
<i>Artigo 49º</i>	29
Revisão.....	29
<i>Artigo 50º</i>	29
Entrada em vigor	29
ANEXO I	30
ANEXO II	31

Preâmbulo

O Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve I - Central (adiante designado ACES Central) é constituído pelos centros de saúde de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel e iniciou a sua atividade em Março de 2009.

O ACES Central tem uma área geográfica de 1.391 km² e presta cuidados de saúde nos concelhos de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel, com uma população de 232.068 habitantes (resultados preliminares do Censos de 2011, INE).

O processo de reorganização dos cuidados de saúde primários, no qual se insere a constituição dos Agrupamentos de Centros de Saúde nos termos do Decreto-lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro, bem como a criação de múltiplas unidades funcionais, tem como objetivo primordial promover uma melhor utilização dos recursos disponíveis, tendo em vista a prossecução da nossa missão: prestar cuidados de saúde primários de qualidade à população da nossa área de influência.

No ano de 2012 completa-se o 1.º triénio de existência do ACES Central, o qual ficou marcado pela instalação dos diversos órgãos previstos na lei, bem como pela constituição e entrada em funcionamento de múltiplas e diferentes unidades funcionais. Esta profunda alteração na organização e gestão dos cuidados de saúde primários foi conseguida sem descurar a melhoria na capacidade de resposta às necessidades em saúde da população e mantendo sempre uma preocupação permanente com a melhoria dos cuidados de saúde prestados.

Neste âmbito, o presente regulamento interno constitui um instrumento de gestão importante para normalizar a organização, funcionamento e articulação de (e entre) todos os órgãos, serviços e unidades funcionais que integram o ACES Central.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º

Objeto

O presente regulamento tem por objeto definir os termos em que se deve pautar a organização interna do ACES Central criado pela Portaria n.º 276/2009, de 18 de Março, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 20/2008, de 17 de Abril e alterado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de Novembro de 2012).

Artigo 2º

Natureza jurídica

1. O ACES Central é um serviço de saúde com autonomia administrativa, constituído por várias unidades funcionais, que integram os centros de saúde de Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel.
2. Os centros de saúde componentes do ACES Central são um conjunto de unidades funcionais de prestação de cuidados de saúde primários, individualizados por localização e denominação determinada.
3. O ACES Central é um serviço desconcentrado da Administração Regional de Saúde do Algarve I.P. (adiante designada ARS Algarve) estando sujeito ao poder de direção do Conselho Diretivo da ARS Algarve.
4. O ACES Central rege-se pelo presente regulamento interno, pelo Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto -Lei n.º 81/2009, de 2 de Abril e pelo Decreto-Lei n.º 102/2009, de 11 de Maio, retificado pela Declaração de Retificação n.º 20/2008, de 17 de Abril e alterado pelo Decreto-Lei n.º 253/2012, de 27 de Novembro de 2012) e demais legislação aplicável às Administrações Regionais de Saúde, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 22/2012, de 30 de Janeiro.
5. O ACES Central identificar-se-á mediante logótipo próprio aprovado pela ARS Algarve.

Artigo 3º

Missão e atribuições

1. O ACES Central tem como missão a prestação de cuidados de saúde primários, de forma integrada e sustentada, à população da sua área de influência, com o objetivo de a dotar de uma vida mais saudável, mais longa e com maior qualidade.
2. Para cumprir a sua missão o ACES Central tem como atribuições, a promoção e a proteção da saúde, a prevenção da doença e a prestação de cuidados na doença, constituindo a primeira linha de actuação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e garantindo a continuidade dos cuidados sempre que exista necessidade de recurso a cuidados de saúde especializados ou a outros serviços.
3. O ACES Central dirige a sua atuação quer à ação individual e familiar, quer à saúde de grupos populacionais específicos e da comunidade, através dos cuidados que ao seu nível seja apropriado prestar, tendo em conta as práticas recomendadas pelas orientações técnicas em vigor e os melhores conhecimentos científicos disponíveis.
4. O ACES Central desenvolve também atividades de vigilância epidemiológica, investigação em saúde, controlo, monitorização e avaliação dos resultados das intervenções efetuadas e participa na formação dos diversos grupos profissionais nas suas diferentes fases, pré -graduada, pós -graduada e contínua.

Artigo 4º

Valores

O ACES Central prossegue a missão e as atribuições que lhe estão confiadas, considerando os seguintes valores:

- a) Equidade no acesso dos cidadãos às prestações de saúde.
- b) Qualidade e efetividade nos cuidados de saúde prestados.
- c) Ética e transparência nas decisões e no relacionamento com os cidadãos.
- d) Inovação e formação dos profissionais, tendo como fim último a melhoria contínua do respetivo desempenho.
- e) Responsabilidade na utilização eficiente e eficaz dos recursos disponíveis e na prestação de contas à comunidade.
- f) Parceria com entidades públicas, privadas e sociais na prossecução de objetivos comuns, tendo em vista a melhoria do estado de saúde da população.

Artigo 5º

Objetivos

Na prossecução da sua missão e atribuições, constituem objetivos do ACES Central os seguintes:

- 1. Contribuir para a obtenção de ganhos em saúde na população da sua área geográfica;
- 2. Garantir a humanização dos cuidados de saúde prestados e o respeito pelos direitos dos utentes;
- 3. Melhorar, de forma continuada, a equidade no acesso dos utentes aos cuidados de saúde, bem como a adequação da oferta de serviços de saúde;
- 4. Promover a utilização racional e eficiente dos recursos existentes;
- 5. Reforçar as competências dos profissionais, com o intuito de potenciar a adoção de boas práticas;
- 6. Promover a continuidade de cuidados, através de uma adequada articulação com os diferentes níveis de cuidados de saúde;
- 7. Incentivar as parcerias na comunidade, designadamente, através da participação em programas e projetos que contribuam para a melhoria do estado de saúde da população.

Artigo 6º

Âmbito de intervenção

1. Os centros de saúde e as unidades funcionais que integram o ACES Central têm um âmbito de atuação que incide em três vertentes:
 - a) Comunitário e de base populacional;
 - b) Personalizado, com base na livre escolha do médico de família pelos utentes;
 - c) Do exercício de funções de autoridade de saúde.
2. Integram a área geográfica do ACES Central, cuja sede é na Urbanização Graça Mira, Lejana de Cima, em Faro, os concelhos descritos no Anexo I à Portaria n.º 272/2009, de 18 de Março, a saber: Albufeira, Faro, Loulé, Olhão e São Brás de Alportel.
3. São abrangidos pelos centros de saúde componentes do ACES Central, para fins de saúde comunitária e de apoio domiciliário, as pessoas residentes na respetiva área geográfica, ainda que temporariamente.
4. Para fins de cuidados personalizados, são utentes dos centros de saúde do ACES Central todos os cidadãos que nele queiram inscrever-se, com prioridade, no caso de carência de recursos, dos residentes na respetiva área geodemográfica.

Artigo 7º

Acordos com outras entidades públicas, privadas e sociais

Tendo em vista a melhoria da satisfação dos utentes e para melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o ACES Central pode propor ao Conselho Diretivo da ARS Algarve, no âmbito das suas atribuições e das atividades desenvolvidas, e no quadro dos princípios que sejam definidos superiormente, a celebração de acordos com outras entidades, públicas, privadas ou sociais que prossigam objetivos idênticos.

Artigo 8º

Horário de funcionamento

1. Os centros de saúde componentes do ACES Central asseguram o seu funcionamento normal entre as 8 horas e as 20 horas nos dias úteis, podendo o horário de funcionamento ser alargado até às 24 horas, nos dias úteis, e, eventualmente aos sábados, domingos e feriados, em função das necessidades em saúde da população e características geodemográficas da área por eles abrangida e da disponibilidade de recursos.
2. O horário de funcionamento dos centros de saúde componentes do ACES Central e das suas unidades funcionais legalmente aprovados são publicitados, designadamente, através da afixação no exterior e interior das instalações, bem como no portal da saúde.

Artigo 9º

Acesso dos delegados de informação médica ao ACES Central

O acesso dos delegados de informação às unidades funcionais que integram o ACES Central deve observar o disposto na legislação em vigor e em regulamentação própria definida pelo Diretor Executivo do ACES e homologada pelo Conselho Diretivo da ARS Algarve.

Artigo 10º

Organização do trabalho, horários e disciplina dos funcionários

A organização do trabalho, dos horários e disciplina dos funcionários do ACES Central será objeto de regulamentação específica, a elaborar nos termos do disposto do n.º1 do artigo 115º do Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas, constante do Anexo I à Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

CAPÍTULO II

DOS UTENTES

Artigo 11º

Direitos

Os utentes do ACES Central têm direito, designadamente:

- a) Livre escolha dos agentes prestadores de serviços, dentro dos limites em matéria de recursos humanos e materiais;
- b) A ser tratados no respeito pela dignidade da pessoa humana, com os meios adequados, e tempestivamente, de forma tecnicamente adequada;
- c) À confidencialidade de toda a informação clínica e elementos de identificação que lhe digam respeito, com preservação dos dados da sua vida privada;
- d) A dar ou recusar o seu consentimento, antes de qualquer ato clínico ou participação em investigação ou ensino;
- e) A ser informados sobre o estado de saúde, sobre o prognóstico e sobre alternativas possíveis ao tratamento proposto;
- f) A ser informado sobre o funcionamento dos serviços;
- g) A apresentar petições, reclamações e sugestões;
- h) Ao respeito pelas suas convicções culturais, filosóficas e religiosas, e eventualmente, a receber assistência religiosa caso o manifestem;
- i) A constituir representantes que defendam os seus interesses;

- j) A constituir associações que colaborem com o ACES Central ou com as suas unidades funcionais, designadamente as que promovem a defesa da saúde, associações de utentes, grupos de amigos ou corpo de voluntários das unidades de saúde;
- k) A solicitar a marcação de consulta programada com hora determinada dentro do horário fixo do seu médico de família;
- l) A informação sobre a estimativa temporal próxima para o atendimento a efectuar num dos centros de saúde componentes do ACES Central, ou nas suas unidades funcionais;
- m) A aceder aos dados registados no seu processo clínico.

Artigo 12º

Deveres

Entre outros que decorrem da lei, os utentes devem assegurar o cumprimento dos seguintes deveres:

- a) Promover a defesa do seu próprio estado de saúde;
- b) Fornecer aos profissionais de saúde todas as informações necessárias à prestação de cuidados;
- c) Respeitar a terapêutica instituída, sem prejuízo do exercício do direito de recusa identificado na alínea d) do artigo anterior;
- d) Respeito pelos direitos de outros utentes e dos profissionais que exercem o seu trabalho no ACES Central;
- e) Respeito pelas regras de organização e funcionamento instituídas, colaborando com os profissionais de saúde, através da apresentação dos documentos respetivos;
- f) Pagamento tempestivo dos encargos que resultam da prestação de cuidados de saúde, designadamente das taxas moderadoras, conforme legislação em vigor;
- g) Respeito pelos equipamentos e instalações que são património do ACES Central.

Artigo 13º

Acesso dos utentes às prestações de saúde

1. O ACES Central assegura aos utentes a máxima acessibilidade possível às prestações de cuidados de saúde, considerando os recursos disponíveis para o efeito, através do cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos previstos na lei, nomeadamente, na carta de direitos de acesso aos cuidados de saúde pelos utentes do SNS:

- a) Motivo relacionado com doença aguda, atendimento no próprio dia;

- b) Motivo não relacionado com doença aguda, 15 dias úteis a partir da data do pedido;
 - c) Renovação de medicação em caso de doença crónica, 72 horas após a entrega do pedido;
 - d) Relatórios, cartas de referência, orientações e outros documentos escritos (na sequência de consulta médica ou de enfermagem), 72 horas após a entrega do pedido;
 - e) Consultas programadas pelos profissionais, dependente da periodicidade definida nos programas nacionais de saúde e ou avaliação do clínico;
 - f) Consulta no domicílio a pedido do utente, 24 horas se a justificação do pedido for aceite pelo profissional.
2. A inscrição dos utentes para acesso aos cuidados personalizados de saúde deve ser antecedida da apresentação do cartão do utente, cartão de cidadão ou da apresentação de prova do pedido da sua inscrição como beneficiário do SNS efetuado no prazo de 10 dias, ou de qualquer subsistema que garanta o pagamento dos serviços, devendo ser requerida a anulação de qualquer eventual inscrição noutra centro de saúde. Caso exista essa possibilidade, o utente, por sua livre escolha, pode indicar o médico de família que pretende.
3. Os não residentes oriundos de freguesias limítrofes não ficam inibidos de requererem a sua inscrição ou transferência para outro centro de saúde do ACES Central, caso se verifique que são mais fáceis as condições de acesso a esse centro de saúde.
4. Qualquer cidadão por motivo de doença súbita ou de acidente pode recorrer a qualquer centro de saúde/extensão de saúde componente do ACES Central, devendo identificar-se através do cartão de utente do SNS ou outro meio que o permita associar a um local de residência, para efeitos financeiros e estatísticos.
5. São garantidos cuidados de enfermagem a qualquer utente inscrito no SNS, condicionado à apresentação de cartão de utente do SNS.

CAPITULO III

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Artigo 14º

Unidades Funcionais

1. O ACES Central organiza-se em vertentes distintas, variáveis em função de critérios geodemográficos, de agregação de recursos e da respetiva gestão e utilização, contemplando as seguintes unidades funcionais:
 - a) Unidades de Saúde Familiar (USF);

- b) Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados (UCSP);
 - c) Unidades de Cuidados na Comunidade (UCC);
 - d) Unidade de Saúde Pública (USP);
 - e) Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados (URAP).
2. Sem prejuízo da criação de outras unidades funcionais, as atualmente existentes estão identificadas no Anexo I ao presente regulamento.
3. O organigrama funcional do ACES Central consta no Anexo II ao presente regulamento.
4. O ACES Central dispõe de autonomia de gestão técnico-assistencial, identificando-se como centro de produção de custos com referência a contratos-programa celebrados anualmente entre o Conselho Diretivo da ARS do Algarve e o Diretor Executivo do ACES Central, no âmbito do plano e orçamento globais, e em articulação com as demais unidades, nos termos previstos no artigo 39º do Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
5. A direção e representação formal do ACES Central são asseguradas pelo Diretor Executivo.

Artigo 15º

Caraterísticas comuns das Unidades Funcionais

1. Cada unidade funcional é constituída por uma equipa multiprofissional, com autonomia organizativa e técnica e atua em intercooperação com os demais órgãos, unidades funcionais e serviços de apoio do ACES Central.
2. Na prossecução da missão que lhe está atribuída, cada unidade funcional contribui para a realização dos objetivos contratualizados entre o ACES Central e a ARS do Algarve.
3. Cada unidade funcional deve apresentar ao Diretor Executivo do ACES Central, para aprovação, o respetivo regulamento interno, o qual deve observar o disposto no regulamento interno do ACES Central e pode ser revisto anualmente por iniciativa de uma das partes.
4. O coordenador de cada unidade funcional representa a respetiva unidade perante os órgãos do ACES Central e terá, além das obrigações decorrentes dos compromissos integrantes da carta de compromisso contratualizada, as competências que lhe forem delegadas.
5. A articulação de cada unidade funcional com as demais unidades funcionais do ACES Central é definida nos respetivos manuais de articulação, aprovados pelo Diretor Executivo do ACES Central.

Artigo 16º

Coordenação das Unidades Funcionais

1. Cada unidade funcional dispõe de um coordenador, que a representa perante os órgãos do ACES Central.
2. Ao coordenador da unidade funcional compete assegurar as atividades e responsabilidades descritas no nº 2 do artigo 14º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
3. Os coordenadores das unidades funcionais são designados por decisão fundamentada do Diretor Executivo do ACES Central, depois de ouvido o Conselho Clínico e da Saúde, de entre profissionais com conhecimentos e experiência adequados ao exercício da função, nos termos previstos no artigo 15º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
4. O regime de exercício de funções dos coordenadores das unidades funcionais é conforme o disposto no artigo 16º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
5. Ao coordenador de cada unidade funcional compete participar no processo de avaliação do desempenho dos trabalhadores incluídos no SIADAP 3, nos termos da legislação e das normas internas aplicáveis.

Artigo 17º

Contratualização interna com as Unidades Funcionais

1. Cada unidade funcional contratualiza anualmente com o Diretor Executivo do ACES Central uma carta de compromisso que inclui os objetivos assistenciais a atingir no período a que respeita, a qual é posteriormente homologada pelo Conselho Diretivo da ARS Algarve.
2. O processo de contratualização interna é realizado nos termos definidos na metodologia de contratualização dos cuidados de saúde primários aprovada anualmente pelo Ministério da Saúde.
3. Compete à Unidade de Apoio à Gestão do ACES Central, em articulação com os serviços competentes da ARS do Algarve, disponibilizar às unidades funcionais e aos órgão de gestão do ACES Central informação regular sobre o acompanhamento da execução das cartas de compromisso.
4. Compete ao Diretor Executivo proceder à avaliação do desempenho das unidades funcionais, bem como ao apuramento da atribuição de incentivos nos termos previstos na lei, e comunicar os resultados apurados ao Conselho Diretivo da ARS do Algarve, para homologação.

Artigo 18º

Unidades de Saúde Familiares

1. Cada USF tem por missão a prestação de cuidados de saúde gerais, de forma personalizada, garantindo uma boa acessibilidade, continuidade e a globalidade dos mesmos, mantendo e melhorando o estado de saúde das pessoas por ela abrangidas, que inclui os contextos sociofamiliares dos utentes e ainda os cuidadores informais.
2. A atividade das USF integra-se numa lógica de rede do ACES Central e assenta numa equipa multiprofissional, constituída por médicos, enfermeiros e assistentes técnicos (equipa nuclear), e ainda outros profissionais que sejam designados para o efeito.
3. A constituição de uma USF, bem como a mudança de modelo organizacional, é feita mediante o disposto no Despacho Normativo nº 5/2011, de 15 de Março.
4. A organização e o funcionamento de cada USF constam do seu regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo do ACES Central, de acordo com as orientações e os princípios e regras definidos no artigo 5º, 10º e seguintes do Decreto-lei nº 298/2007, de 22 de Agosto, e demais legislação específica das USF.

Artigo 19º

Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados

1. As UCSP têm estrutura idêntica à prevista para as USF e prestam cuidados de saúde personalizados, garantindo a acessibilidade, a continuidade e a globalidade dos mesmos.
2. As equipas das UCSP integram todos os médicos da carreira especial médica da área de medicina geral e familiar não integrados em USF, além de outros profissionais das carreiras de enfermagem e assistentes técnicos.
3. A organização e o funcionamento de cada UCSP constam do seu regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo do ACES Central.

Artigo 20º

Unidades de Cuidados na Comunidade

1. As UCC têm por missão a prestação de cuidados de enfermagem e de apoio psicossocial de base geográfica e domiciliária, designadamente na identificação e acompanhamento de indivíduos e famílias de maior risco, dependência e vulnerabilidade de saúde, especialmente quando estejam em causa grávidas, recém-nascidos e pessoas com maior dependência física e funcional ou com doenças que requeiram acompanhamento mais próximo e regular.
2. A organização e o funcionamento das UCC constam de regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo do ACES Central, nos termos do disposto no Despacho n.º 10143/2009, de 16 de Abril.

3. As equipas das UCC do ACES Central são constituídas de acordo com o previsto no nº2 do artigo 11º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
4. O ACES Central participa, através das UCC, na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.
5. Compete às UCC constituir as equipas de cuidados continuados integrados, previstas no Decreto-Lei n.º 101/2006 de 6 de Junho.

Artigo 21º

Unidade de Saúde Pública

1. A USP do ACES Central tem por missão planear, organizar e assegurar atividades no âmbito da proteção e promoção da saúde da comunidade, com incidência prioritária no meio ambiente, em geral, em meios específicos, bem como a prestação de cuidados no âmbito comunitário, designadamente, no que se refere a grupos populacionais particularmente vulneráveis e problemas de grande impacto social.
2. A USP do ACES Central é constituída de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 12º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
3. A organização e o funcionamento da USP constam de regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo do ACES Central.
4. Cabe à USP ser o Observatório de Saúde da área geodemográfica do ACES Central, bem como desenvolver as estratégias locais de saúde que mais se adequem à gestão de programas de intervenção que consubstanciem o desenvolvimento (ou implementação) dos Planos Regional e Nacional de Saúde, sem prejuízo dos que forem necessários de acordo com as necessidades em saúde da área geodemográfica do ACES Central e adequando-os à oferta de serviços existentes e aos recursos disponíveis no ACES Central, bem como acompanhar a sua execução.
5. As funções de autoridade de saúde são exercidas no ACES Central por médicos de saúde pública, nomeados nos termos de legislação própria.
6. O coordenador da USP desempenha, por inerência estabelecida na lei, as funções de delegado de saúde do ACES Central.

Artigo 22º

Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados

1. A URAP tem por missão a prestação de serviços de consultoria e assistenciais às unidades funcionais referidas nos artigos anteriores e organiza ligações funcionais aos serviços hospitalares.
2. A URAP do ACES Central é constituída nos termos do previsto no nº 2 do artigo 13º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.

3. A organização e o funcionamento da USP constam de regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo do ACES Central.

CAPITULO IV

ÓRGÃOS E SUAS ATRIBUIÇÕES

SECÇÃO I

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Artigo 23º

Órgãos

São órgãos do ACES Central:

- a) O Diretor Executivo;
- b) O Conselho Executivo;
- c) O Conselho Clínico e da Saúde;
- d) O Conselho da Comunidade.

SUBSECÇÃO I

DIRETOR EXECUTIVO

Artigo 24º

Designação e competências

1. O Diretor Executivo do ACES Central é designado pelo membro do Governo responsável pela área da saúde, sob proposta fundamentada do Conselho Diretivo da ARS Algarve.
2. Compete ao Diretor Executivo do ACES Central gerir as atividades, os recursos humanos, financeiros e de equipamentos do ACES, e em particular:
 - a) Representar o ACES Central;
 - b) Celebrar contratos-programa com o Conselho Diretivo da ARS Algarve e contratos de execução com as unidades funcionais do ACES Central, e zelar pelo respetivo cumprimento;
 - c) Elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade do ACES Central, com os respetivos orçamentos, e submete-los à aprovação do Conselho Diretivo da ARS Algarve;
 - d) Promover a instalação e o funcionamento de um sistema eficaz de informação e comunicação;

- e) Verificar a regularidade da contabilidade e da escrituração;
- f) Avaliar o desempenho das unidades funcionais, nomeadamente, através de reuniões periódicas com os respetivos coordenadores;
- g) Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos ao ACES Central, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos;
- h) Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários do ACES Central e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação;
- i) Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários do ACES Central;
- j) Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados no ACES Central, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição dos documentos aos interessados;
- k) Autorizar o exercício de funções a tempo parcial;
- l) Justificar ou injustificar faltas;
- m) Conceder licenças e autorizar o regresso à atividade, com exceção da licença sem vencimento por um ano por motivo de interesse público e da licença de longa duração;
- n) Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respetivo plano anual;
- o) Autorizar o abono de vencimento de exercício perdido por motivo de doença;
- p) Autorizar a inscrição e participação do pessoal em congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação em regime de autoformação ou outras iniciativas semelhantes que decorrem em território nacional quando não importem custos para o serviço;
- q) Autorizar o pessoal a comparecer em júzo quando requisitado nos termos da lei;
- r) Outras que lhe sejam delegadas ou subdelegadas pelo Conselho Diretivo da ARS Algarve.

Artigo 25º

Regime de exercício e cessação de funções

1. O Diretor Executivo é designado por um período não superior a três anos, renovável, por iguais períodos.

2. Nas suas faltas e impedimentos, o Diretor Executivo é substituído pelo Presidente do Conselho Clínico.
3. As funções de Diretor Executivo cessam nos termos do artigo 22º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.

SUBSECÇÃO II

CONSELHO EXECUTIVO

Artigo 26º

Composição e competências

1. O Conselho Executivo é composto:
 - a) Pelo Diretor Executivo, que preside;
 - b) Pelo Presidente do Conselho Clínico;
 - c) Pelo Presidente do Conselho da Comunidade.
2. Compete ao Conselho Executivo:
 - a) Aprovar os planos plurianuais e anuais de atividades das várias unidades funcionais, se possível, com as respetivas dotações orçamentais;
 - b) Elaborar o relatório anual de atividades e a conta de gerência e submetê-los à aprovação do Conselho Diretivo da ARS Algarve;
 - c) Elaborar o regulamento interno de funcionamento do ACES Central e submetê-lo à aprovação do Conselho Diretivo da ARS Algarve num prazo de 90 dias;
 - d) Assegurar a articulação do ACES Central, em matéria de saúde, com os municípios da sua área geográfica;
 - e) Celebrar, com autorização do Conselho Diretivo da ARS Algarve, protocolos de colaboração ou apoio e contratos de prestações de serviços com outras entidades públicas ou não, nomeadamente com as autarquias locais;
 - f) Promover a divulgação pública, pelos meios adequados, inclusive em sítio na internet, de informações sobre os serviços prestados nos centros de saúde do ACES Central, dos planos e relatórios de atividades e dos pareceres dados sobre eles pelo Conselho da Comunidade, de indicadores de satisfação dos utentes e dos profissionais, de projetos de qualidade a executar em unidades funcionais e da composição dos órgãos do ACES Central.

SUBSECÇÃO III

CONSELHO CLÍNICO E DA SAÚDE

Artigo 27º

Composição e designação

1. O Conselho Clínico e da Saúde é composto por um presidente e três vogais, todos profissionais de saúde em funções no ACES Central
2. O presidente do Conselho Clínico e da Saúde é um médico da especialidade de medicina geral e familiar habilitado pelo menos com o grau de consultor, salvo em situação excecional, devidamente fundamentada, em que pode ser habilitado com o grau de especialista.
3. Os vogais do Conselho Clínico e da Saúde são:
 - a) Um médico da especialidade de saúde pública, habilitado com o grau de consultor, salvo em situação excecional, devidamente fundamentada, em que pode ser habilitado com o grau de especialista.
 - b) Um enfermeiro habilitado com o título de enfermeiro especialista, preferencialmente em saúde comunitária.
 - c) Um técnico superior de saúde ou do serviço social ou técnico de diagnóstico e terapêutica.
4. O presidente é designado por deliberação fundamentada do Conselho Diretivo da ARS Algarve, sob proposta do Diretor Executivo do ACES Central.
5. Os vogais são designados pelo Conselho Diretivo da ARS Algarve, sob proposta fundamentada do presidente do Conselho Clínico e da Saúde.
6. Os membros do Conselho Clínico devem possuir conhecimentos técnicos em cuidados de saúde primários, prática em processos de garantia e qualidade dos cuidados e em processos de auditoria, bem como dominar técnicas de gestão do risco.

Artigo 28º

Competências

1. O Conselho Clínico e da Saúde promove a governação clínica e da saúde no ACES Central, de forma concertada, articulada e participada por todas as unidades funcionais. Compete-lhe especialmente:
 - a) Assegurar que todos os profissionais e unidades funcionais do ACES Central se orientam para a obtenção de ganhos em saúde, garantindo a adequação, a segurança, a efetividade e a eficiência dos cuidados de saúde prestados, bem como a satisfação dos utentes e dos profissionais

- b) Promover a cooperação e complementaridade entre as várias unidades funcionais;
 - c) Acompanhar e apoiar as equipas das diferentes unidades funcionais;
 - d) Propor ao Diretor Executivo a realização de auditorias externas ao cumprimento das orientações e protocolos clínicos;
 - e) Assegurar a interligação técnica do ACES com outros serviços e níveis de cuidados de saúde;
 - f) Apoiar o diretor executivo em assuntos de natureza técnico -profissional e de gestão clínica;
 - g) Orientar as equipas das unidades funcionais na observância das normas técnicas emitidas pelas entidades competentes e promover a melhoria contínua dos processos e procedimentos assistenciais e de saúde;
 - h) h) Contribuir para o desenvolvimento de uma cultura organizacional de formação, qualidade.
2. Compete especialmente ao Presidente do Conselho Clínico e da Saúde:
- a) Assegurar em continuidade as atividades decorrentes das competências do Conselho Clínico e da Saúde;
 - b) Convocar as reuniões do Conselho Clínico e da Saúde e dirigir as mesmas;
 - c) Coordenar as actividades do Conselho Clínico e da Saúde;
 - d) Exercer o voto de qualidade.
3. O Presidente do Conselho Clínico e da Saúde é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vogal médico que, para o efeito, seja por ele designado.

Artigo 29º

Reuniões

O Conselho Clínico e da Saúde reúne-se ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando seja convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de, pelo menos, dois vogais.

Artigo 30º

Regime de exercício e cessação de funções

1. Os membros do Conselho Clínico e da Saúde são designados por um período não superior a três anos, renovável até ao limite de 6 anos, salvo em situação excecional devidamente fundamentada.

2. Os membros do Conselho Clínico e da Saúde podem ser dispensados parcialmente do exercício das suas funções profissionais.
3. As funções de membro do Conselho Clínico e da Saúde são incompatíveis com as de Diretor Executivo do ACES Central, sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º28/2008, de 22 de Fevereiro, e com as de coordenador de unidade funcional.
4. Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º28/2008, de 22 de Fevereiro, prevê-se a atribuição ao Presidente do Conselho Clínico de um suplemento remuneratório a fixar por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, da Administração Pública e da Saúde.
5. Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º28/2008, de 22 de Fevereiro, prevê-se a atribuição aos vogais do Conselho Clínico de um suplemento remuneratório a fixar por despacho conjunto dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, da Administração Pública e da Saúde.
6. As funções de membro do Conselho Clínico e da Saúde cessam nos termos do artigo 30º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.

SUBSECÇÃO IV

CONSELHO DA COMUNIDADE

Artigo 31º

Composição e Designação

1. O Conselho da Comunidade do ACES Central é composto por:
 - a) Um representante indicado pelas câmaras municipais da área de atuação do ACES Central, que preside;
 - b) Um representante de cada município abrangido pelo ACES Central, designado pelas respetivas assembleias municipais;
 - c) Um representante do centro distrital de segurança social, designado pelo conselho diretivo;
 - d) Um representante das escolas ou agrupamento de escolas, designado pelo diretor regional de educação;
 - e) Um representante das instituições particulares de solidariedade social, designado, anualmente, pelo órgão executivo de associação representativa das mesmas, em regime de rotatividade;
 - f) Um representante da associação de utentes do ACES Central, designado pela respetiva direcção;

- g) Um representante das associações sindicais com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, designado pelo respetivo presidente, sob proposta daquelas;
 - h) Um representante das associações de empregados com assento na Comissão Permanente de Concertação Social, designado pelo respetivo presidente, sob proposta daquelas;
 - i) Um representante do hospital de referência, designado pelo órgão de administração;
 - j) Um representante das equipas de voluntariado social, designado por acordo entre as mesmas;
 - k) Um representante da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.
2. Sem prejuízo do disposto na alínea a) do número anterior, os membros do Conselho da Comunidade são designados por um período de três anos, renovável por iguais períodos, sem prejuízo da sua substituição, a todo o tempo, pelas entidades que os designaram.

Artigo 32º

Competências

Compete designadamente ao Conselho da Comunidade:

- a) Dar parecer sobre os planos plurianuais de atividades do ACES Central e respetivos orçamentos, antes de serem aprovados;
- b) Acompanhar a execução dos planos de atividades, podendo para isso obter do Diretor Executivo do ACES Central as informações necessárias;
- c) Alertar o Diretor Executivo para fatos reveladores de deficiências graves na prestação de cuidados de saúde;
- d) Dar parecer sobre o relatório anual de atividades e a conta de gerência, apresentados pelo Diretor Executivo;
- e) Assegurar a articulação do ACES Central, em matérias de saúde, com os municípios da sua área geográfica;
- f) Propor ações de educação e promoção da saúde e de combate à doença a realizar pelo ACES Central em parceria com os municípios e demais instituições representadas no Conselho da Comunidade;
- g) Dinamizar associações e redes de utentes promotoras de equipas de voluntariado.

Artigo 33º

Presidente

1. O presidente é indicado pelas Câmaras Municipais da área de atuação do ACES Central.
2. Ao presidente compete especialmente:
 - a) Representar o Conselho da Comunidade;
 - b) Convocar e dirigir as reuniões;
 - c) Assegurar a ligação do Conselho da Comunidade aos outros órgãos do ACES Central, especialmente, ao Diretor Executivo.

Artigo 34º

Funcionamento

1. O Conselho da Comunidade reúne ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que for convocado pelo presidente, por sua iniciativa ou a pedido de dois terços dos seus membros.
2. As deliberações são tomadas por maioria simples dos votos.
3. O Conselho da Comunidade reúne-se em instalações indicadas pelo Diretor Executivo do ACES Central, que assegura o demais apoio logístico.

SECÇÃO II

SERVIÇOS DE APOIO

Artigo 35º

Serviços

No ACES Central funcionam, na dependência do Diretor Executivo, os seguintes serviços de apoio:

- a) A Unidade de Apoio à Gestão (UAG);
- b) O Gabinete do Cidadão.

Artigo 36º

Unidade de Apoio à Gestão

1. A UAG está organizada numa lógica de concentração dos serviços não assistenciais do ACES Central e presta apoio administrativo e geral ao Diretor Executivo, ao Conselho Clínico e da Saúde e às unidades funcionais, cabendo -lhe designadamente:
 - a) Prestar assessoria técnica em todos os domínios da gestão do ACES Central;

- b) Acompanhar a execução dos contratos-programa celebrados entre o ACES Central e o Conselho Diretivo da ARS Algarve;
 - c) Colaborar na elaboração dos planos de atividade e orçamentos e acompanhar a respetiva execução;
 - d) Analisar a eficácia das políticas de gestão dos recursos humanos, dos equipamentos e financeira e elaborar os respetivos relatórios anualmente e quando solicitados pelo Diretor Executivo;
 - e) Monitorizar e disponibilizar informação sobre faturação e prescrição;
 - f) Assegurar e organizar os procedimentos administrativos respeitantes à gestão de bens e equipamentos afetos ao ACES Central e garantir o controlo de consumos;
 - g) Assegurar o aprovisionamento, gestão e controlo de vacinas, contraceptivos e demais medicamentos e material de consumo clínico;
 - h) Coordenar os serviços de segurança, apoio e vigilância ao ACES Central e suas unidades funcionais.
2. A UAG exerce as suas funções em articulação funcional com os serviços de apoio da ARS Algarve, nomeadamente através da utilização de serviços partilhados.
 3. A UAG tem um responsável, designado pelo Diretor Executivo do ACES Central, de entre licenciados com experiência e formação preferencial nas áreas de economia, gestão ou administração e experiência na área da saúde.
 4. A organização e funcionamento da UAG constam do respetivo regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo.
 5. Para o exercício das tarefas enunciadas na alínea g) do nº 1 é designado um técnico superior com formação e experiências adequadas.

Artigo 37º

Gabinete do Cidadão

1. O Gabinete do Cidadão localiza-se na sede do ACES Central e tem como responsável um técnico superior de serviço social, designado pelo Diretor Executivo.
2. A organização e funcionamento do Gabinete do Cidadão constam de regulamento interno, aprovado pelo Diretor Executivo.
3. Compete especialmente ao Gabinete do Cidadão:
 - a) Verificar as condições de acesso dos utentes aos cuidados de saúde;
 - b) Informar os utentes dos seus direitos e deveres como utilizadores dos cuidados de saúde primários;

- c) Receber observações, sugestões e reclamações dos utentes, relativas aos cuidados prestados e responder às mesmas;
- d) Verificar regularmente o grau de satisfação dos utentes do ACES central.

CAPITULO V

GESTÃO OPERACIONAL, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Artigo 38º

Instrumentos de gestão

São instrumentos de gestão do ACES Central:

- a) O regulamento interno;
- b) Os planos plurianuais de atividades e respetivos orçamentos;
- c) Os relatórios de atividades;
- d) O contrato-programa.

Artigo 39º

Contrato-Programa

1. Para efeitos do presente regulamento, contrato-programa é o acordo celebrado entre o Diretor Executivo do ACES Central e o Conselho Diretivo da ARS Algarve, pelo qual se estabelecem, qualitativa e quantitativamente, os objetivos do ACES Central e os recursos alocados ao seu cumprimento e se fixam as regras relativas à respetiva execução.
2. O contrato-programa é celebrado anualmente devendo, designadamente:
 - a) Delimitar o âmbito, prioridades e modalidades da prestação de cuidados e serviços de saúde, contemplando os programas nacionais e assegurando a sua harmonização e coerência em todo o SNS;
 - b) Estabelecer objetivos e metas quantitativas em cada uma das áreas de intervenção do ACES Central;
 - c) Prever indicadores de controlo da qualidade das prestações de cuidados de saúde;
 - d) Definir instrumentos de acompanhamento e avaliação das atividades assistenciais e económico-financeiras do ACES Central;
 - e) Prever o tempo e o modo da atribuição de recursos, em função do cumprimento das metas qualitativas e quantitativas estabelecidas;

- f) Estabelecer as regras a que devem obedecer as unidades funcionais do ACES Central a fim de poderem funcionar como centros de produção e de custos;
- g) Estabelecer os mecanismos para a continuidade da prestação de cuidados, em especial os relativos à articulação funcional com a rede de cuidados diferenciados e a rede de cuidados continuados integrados;
- h) Prever as modalidades de apoio técnico da ARS Algarve à gestão do ACES Central.

Artigo 40º

Centros de custos

1. O ACES Central organiza-se em centros de custos, constituindo-se como centro de custo cada unidade funcional de acordo com as regras em vigor para a contabilidade pública e as orientações da ARS Algarve.
2. Sempre que se justifique, alguns programas/atividades específicos constantes dos planos de atividades, podem vir a constituir centros de custos transversais, sob proposta do Diretor Executivo do ACES Central e após aprovação do Conselho Diretivo da ARS Algarve.

Artigo 41º

Receitas e despesas

1. O ACES Central é financiado pelo orçamento do SNS, através da afetação de verba do orçamento da ARS Algarve, constituindo ainda suas receitas:
 - a) Os rendimentos dos bens próprios;
 - b) O produto da cobrança das taxas moderadoras;
 - c) As quantias cobradas por serviços prestados a entidades e subsistemas públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;
 - d) Os saldos das gerências anteriores que transitam automaticamente;
 - e) Quaisquer receitas que por lei, contrato ou qualquer outro título lhe sejam atribuídas.
2. As receitas provenientes das taxas moderadoras e de outras que sejam devidas pela prestação de serviços a terceiros são cobradas pelas Unidades Funcionais que prestaram os serviços.
3. Constituem despesas do ACES Central:
 - a) Os encargos com o funcionamento dos seus serviços e com a prossecução das atribuições que lhe são confiadas;
 - b) Os encargos resultantes de execução de planos, programas anuais e plurianuais;

- c) Os custos de aquisição, construção e manutenção de bens, equipamentos e serviços, de acordo com o plano de investimentos aprovado pelo Conselho Diretivo da ARS Algarve.
4. As receitas e despesas do ACES Central são classificadas de acordo com o POCMS.
5. O controlo da cobrança das receitas e da realização das despesas é da responsabilidade da UAG, a quem compete propor e implementar os adequados mecanismos de controlo interno, bem como a verificação do cumprimento das normas e orientações em vigor, neste domínio.

Artigo 42º

Inventário e património

1. O ACES Central assume, relativamente às instalações e equipamentos, o compromisso de zelar pelo património que lhe está afeto, mantendo atualizado o inventário do material.
2. As unidades funcionais e os serviços do ACES são responsáveis por garantir a adequada utilização dos bens e instalações que lhe estão afetos, não podendo proceder ao abate de bens inventariáveis ou à sua deslocalização para outras instalações da unidade ou de outras unidades funcionais, sem a devida comunicação interna e prévia autorização do Diretor Executivo ou em quem este delegar.
3. Compete à UAG propor e implementar os adequados mecanismos de gestão e controlo dos bens patrimoniais, bem como a monitorização do cumprimento das normas e orientações em vigor nesta matéria.

Artigo 43º

Prestação de contas

A prestação de contas deve ser realizada de acordo com os procedimentos previstos na legislação em vigor e nos termos dos procedimentos aprovados pelo Conselho Diretivo da ARS Algarve.

Artigo 44º

Organograma

O ACES Central dispõe de organograma de acordo com a estrutura e recursos que integra, o qual deverá ser ajustado às alterações que venham a ter lugar.

Artigo 45º

Plano de segurança

1. Todo o equipamento e instalações deverão estar conforme as normas de higiene e segurança em vigor, incluindo o armazenamento de produtos tóxicos.

2. Deverá existir um sistema de proteção contra roubo e o equipamento para a deteção e extinção de incêndios.
3. Deverá existir um plano de emergência do ACES Central, elaborado em colaboração entre o Director Executivo do ACES Central, os serviços competentes da ARS do Algarve e o Serviço de Proteção Civil.
4. Deverá também existir um plano de gestão de resíduos hospitalares, bem como normas que assegurem o controlo de infeções.

CAPITULO VI

DA LIGAÇÃO COM A COMUNIDADE

Artigo 46º

Voluntariado

1. O ACES Central reconhece a importância do voluntariado, que exerce a sua função em estreita articulação com o serviço social, visando contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de cuidados neste, nas suas unidades funcionais e no apoio domiciliário.
2. O serviço de apoio social voluntário funciona nos termos e bases do enquadramento jurídico do voluntariado previsto na lei.
3. A coordenação dos voluntários cabe a um técnico de serviço social, de preferência, designado pelo Director Executivo do ACES Central.

Artigo 47º

Liga de amigos ou associação de utentes

Poderão ser criadas ligas de amigos e associações de utentes nos termos previstos na lei, com vista à melhoria das condições de prestação de cuidados e apoio social dos utentes do ACES Central, podendo o Director Executivo acordar com estas ligas ou associações de utentes quanto às ações para as quais as mesmas se encontram vocacionadas, tendo em conta os meios para o efeito necessários e disponíveis no ACES Central.

Artigo 48º

Relacionamento com a comunidade

1. Os órgãos do ACES Central, bem como as unidades funcionais e os serviços de apoio manterão relações privilegiadas de convivência na comunidade onde se inserem, designadamente com as instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde, de ensino e de segurança social, autarquias locais, entidades de formação profissional e outras entidades regionais, nacionais e internacionais de interesse público e privado.

2. O ACES Central promoverá as iniciativas adequadas à implementação de protocolos e contratos, para efeitos do disposto na alínea e) do artigo 24º do Decreto-lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro.
3. As iniciativas mencionadas no número anterior são da exclusiva competência do Diretor Executivo do ACES ou em quem ele delegar.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Artigo 49º

Revisão

O presente Regulamento poderá ser revisto pelo Conselho Executivo do ACES Central, quando for considerado conveniente, dependendo a efetividade da proposta de aprovação por parte do Conselho Diretivo da ARS Algarve.

Artigo 50º


Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no primeiro dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.

Faro, 11 de Março de 2013.

O Conselho Executivo do ACES Central

Diretor Executivo

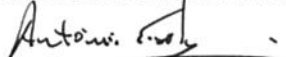


(Dr. José Carlos Queimado)

Presidente do Conselho Clínico e da Saúde


(Dr. Natália Correia)

Presidente do Conselho da Comunidade



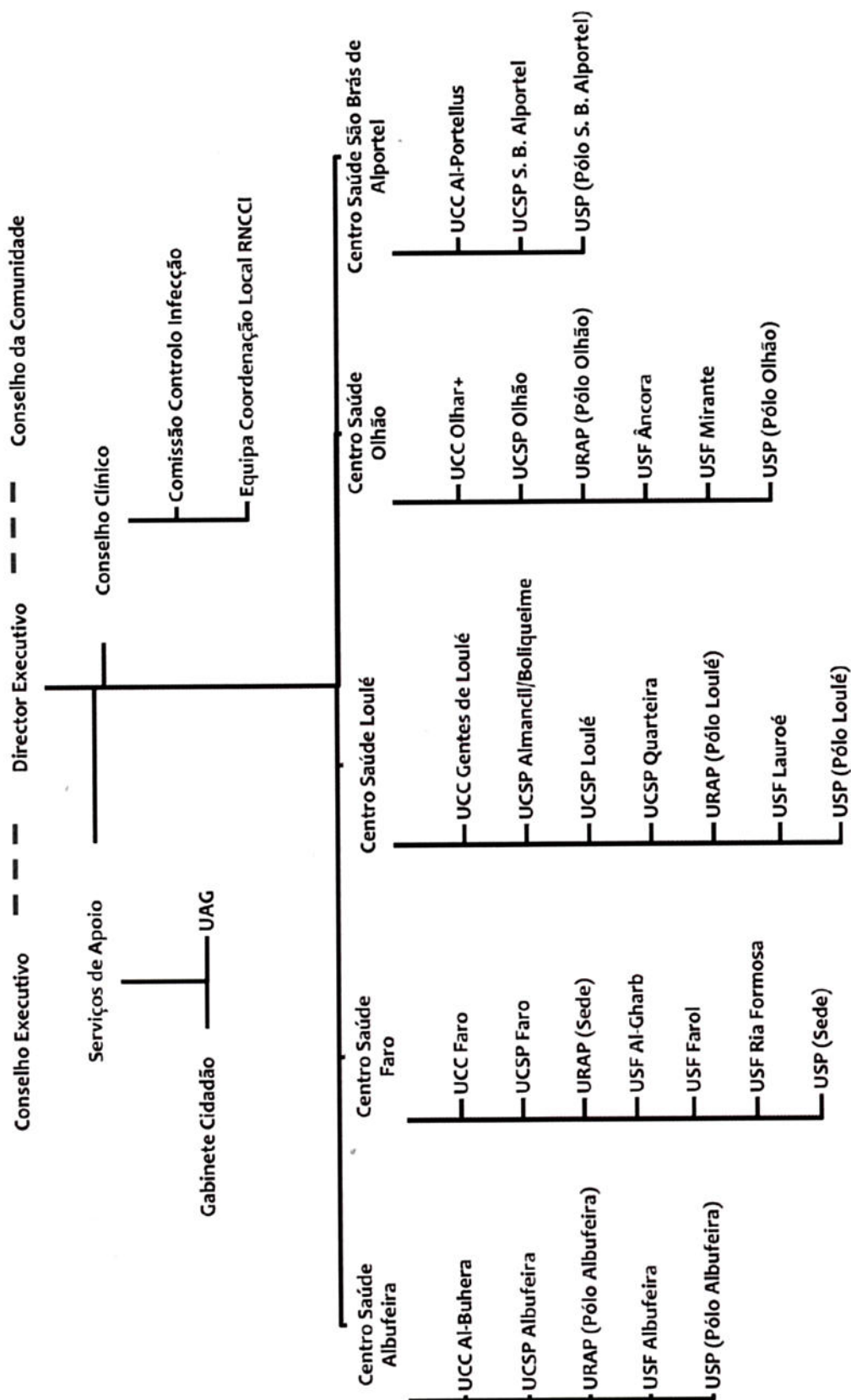
(Eng.º António Eusébio)

ANEXO I

ACES CENTRAL – ÓRGÃOS, SERVIÇOS E UNIDADES FUNCIONAIS

Nome	Morada	Localidade
Órgãos de Administração e Fiscalização	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
Unidade Apoio à Gestão (UAG)	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
Gabinete do Cidadão	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
Unidade Saúde Pública	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
Unid. Recursos Assistenciais Partilhados	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
UCC Al-Bhuera	Urbanização dos Calços	8200-004 Albufeira
UCC Al-Portellus	Rua Carreras Viegas	8150-152 S. B. Alportel
UCC Faro	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
UCC Gentes de Loulé	Avenida Laginha Serafim	8100-740 Loulé
UCC Olhão+	Rua Antero Nobre	8700-240 Olhão
UCSP Albufeira	Urbanização dos Calços	8200-004 Albufeira
UCSP Almancil/Boliqueime	Rua Manuel Santos Vaquinha	8135-173 Almancil
UCSP Faro	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
UCSP Loulé	Avenida Laginha Serafim	8100-740 Loulé
UCSP Olhão	Rua Antero Nobre	8700-240 Olhão
UCSP Quarteira	Rua da Paz	8125-587 Quarteira
UCSP S. Brás Alportel	Rua Carreras Viegas	8150-152 S. B. Alportel
USF Albufeira	Urbanização dos Calços	8200-004 Albufeira
USF Al-Gharb	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
USF Âncora	Rua Antero Nobre	8700-240 Olhão
USF Farol	Urb. Graça Mira, Lejana de Cima	8009-003 Faro
USF Lauroé	Avenida Laginha Serafim	8100-740 Loulé
USF Mirante	Rua Antero Nobre	8700-240 Olhão
USF Ria Formosa	Rua de Portugal	8009-003 Faro

ANEXO II – ORGANIGRAMA FUNCIONAL DO ACES CENTRAL



UCSP: Unidades de Cuidados de Saúde Personalizados; USF: Unidades de Saúde Familiar; UCC: Unidades de Cuidados na Comunidade; URAP: Unidade de Recursos Assistenciais Partilhados; USP: Unidade de Saúde Pública